

FRONTEIRAS DA NAÇÃO E DA REVOLUÇÃO: IDENTIDADES LOCAIS E A EXPERIÊNCIA DE SER BRASILEIRO NA AMAZÔNIA (1820-1840)

Magda Ricci

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumen: En Brasil es común la afirmación de que la nación se formó con el proceso de Independencia que explotó en 1822. En este contexto, todos los movimientos sociales que en Brasil - en especial los ocurridos en la Amazonia en las décadas de 1820-1840 (conocida como la *Cabanagem*)- son vistos como revueltas o rebeliones separatistas, fueron rápidamente ahogadas por el Imperio. En el caso de la Amazonia esta identidad se hizo mucho más tardíamente y diferente de la del resto del territorio brasileño.

Abstract: In Brazil, it is widely believed that the nation was formed within the process of independence, which started in 1822. Within this context, all social movements, which took place in Brazil during the 1820-40 decades, (such as The *Cabanagem*), are seen as independentist revolts that were quickly suffocated by the Portuguese empire. However, in the case of the Amazon region this national identity feeling took shape much later and in a different manner from that of the rest of the Brazilian territory.

A revolução cabana¹ que explodiu em Belém do Pará em 1835 deixou mais de 30.000 mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860 (Raiol, 1970: 1000). Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos eram os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico atingido os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central, mas também se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de idéias e de pessoas.

Contrastando com este cenário amplo, a *Cabanagem* normalmente foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. No entanto, os cabanos e suas lideranças vislumbra-

1. Cabanos era o termo utilizado como alcunha aos homens que viviam em casas simples, cobertas de palha. O mesmo nome cabano também significa um tipo de chapéu de palha comum entre o povo mais humilde na Amazônia.

vam outras perspectivas políticas e sociais. Eles se autodenominavam “patriotas”, mas ser patriota não necessariamente era sinônimo de ser brasileiro². Este sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum³. Esta identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades⁴. Todo este processo é o objeto central deste texto. Ele começa analisando o papel das lideranças cabanas e termina definindo a formação de identidades locais dentro do movimento de fronteiras de 1835.

Uma revolução vista de dentro

No início do seu derradeiro volume sobre a Cabanagem, Domingos Antonio Raiol afirmou que toda a trama revolucionária cabana nasceu nos anos anteriores a 1835. Ela era fruto da influência direta das “classes superiores”, sendo estas “classes” seus “protagonistas primitivos”. A elite local ateou fogo na chamada “relva ressequida” da Amazônia. Seu ato insensato gerou uma revolução que parecia infinita e que foi queimando tudo e todos, desde a “relva” mais “baixa” até os mais sólidos “troncos” (Raiol, 1970: 804). O autor fazia referência explícita aos acontecimentos do dia da explosão cabana, o 7 de janeiro de 1835 e ao curto governo de Felix Clemente Antonio Malcher. Este primeiro presidente cabano foi empossado pelo povo e, um mês e meio depois, assassinado por seus próprios partidários.

O poder que elegeu Malcher emanava do povo, mas sua vontade pessoal rapidamente deixou de satisfazer aos desejos da massa cabana que o empossou. O que sucedeu ao janeiro de 1835 foi descompasso. Malcher pleiteava a construção de uma memória dos “louros imortais” de janeiro, conclamando seus antigos aliados beligerantes para uma volta aos seus lares. Pedia que

2. Sobre a distância entre o conceito de patriotismo e a formação da identidade nacional já existe uma ampla bibliografia no Brasil. É preciso citar o clássico estudo de da Silva (Dias.1972: 160-184). O texto de Dias revolucionou o tema ao separar as lutas de independência da formação da nação brasileira. Outros estudos mais recentes ampliaram a perspectiva de análise, compreendendo as disputas e revoluções sociais da Regência dentro de um clima de extrema incerteza quanto aos rumos e a integridade territorial e política do Brasil. É o caso de István Jancsó e João Paulo G. (Pimenta. 2000: 127-175). Autores como Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves analisam a cultura política da Independência mais como fruto da ilustração portuguesa no Brasil do que como inspirações liberais libertárias, atribuindo a unidade nacional mais aos “corcundas” centralizadores. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.2003. Na mesma linha da continuidade entre o Império luso e o brasileiro está o livro de Maria de Lourdes Viana Lyra. 1994.

3. Esta identidade de negros e mestiços durante o processo de Independência não ocorreu apenas no Pará. Ver, para o caso da Bahia Hendrik (Kraay.2002) e João José (Reis. 1989). Para o Piauí: Joaquim (Chaves. 1993). Para o Rio Grande do Sul, ver: João Paulo (Pimenta. 2002).

4. Este ódio tinha muitas origens e contextos. Na Corte carioca ele gerou conflitos constantes desde os anos iniciais de 1820. Sobre a instabilidade entre portugueses e brasileiros na Corte, ver: (Ribeiro. 2002).

todos tomassem agora em mãos os seus costumeiros “instrumentos agrícolas”. Contudo se para Malcher a luta havia se encerrado no dia 7 de janeiro de 1835, para a maioria cabana isto não era consenso.

A bandeira de luta dos levantados de janeiro resumia-se a morte aos portugueses e aos maçons⁵. Neste primeiro momento as mortes e perseguições a estes dois grupos foram pontuais, culminando no assassinato das duas autoridades máximas da província⁶. Assim, quando Malcher pregava o retorno ao campo e ao trabalho, a massa cabana percebia que esta volta significava uma continuidade em sua condição social. Várias razões levaram o primeiro líder cabano a tomar esta atitude contra-revolucionária. Malcher havia ajudado a redigir um documento, no qual ele e seus compatriotas afirmavam que a morte do antigo presidente Bernardo Lobo de Sousa estava ligada a uma exaustão generalizada e a um governo marcado “por sua prepotência e arbitrariedades”. Malcher e os cabanos assinantes do documento pediam à Regência que não nomeasse mais ninguém para o lugar de Lobo de Sousa até que D. Pedro II alcançasse a maioridade, pois que eles, cabanos, não receberiam “qualquer presidente que a Regência lhes mandasse”. Lembravam ainda que a prosperidade do Pará estava associada à administração de um “benemérito e patriota cidadão” a quem tinham aclamado. Concluía sua ata demarcando que este presidente governava com o intuito de cuidar do “bem público” e não de seus interesses pessoais.

A última sentença ressoava nos ouvidos cabanos: Malcher prometera agir de forma diferente dos antigos governantes, cuidando do chamado “bem público”. Em proclamação de 8 de janeiro o mesmo Malcher reafirmava este compromisso, pedindo aos seus compatriotas que confiassem em sua “solicitude pelo bem público e nacionalidade brasileira” (Raiol, 1970:553). Em seguida a sua nomeação, contudo, o novo presidente empreendeu uma confusão entre o “bem público” e seus interesses pessoais. De pronto efetivou uma demissão em massa dos antigos funcionários, nomeando novos nomes de “sua confiança”. Neste mesmo momento havia uma grande polêmica sobre o assunto no Rio de Janeiro.⁷ O argumento do Regente Feijó de que estas nomeações eram jus-

5. O primeiro grupo simbolizava todo um passado de exploração e subjugação social e o segundo estava associado aos homens que contrariaram as leis de Deus e sua justiça terrena, impedindo que a justiça de Deus e dos homens como Pedro II chegassem até os mais explorados homens da Amazônia.

6. Do primeiro assalto à Belém foram mortas as principais autoridades que simbolizavam esta luta anti-portuguesa e anti-maçônica, especialmente o presidente da província Bernardo Lobo de Souza, seu comandante das armas, Joaquim José da Silva Santiago. Além destes, morreu ainda um último estrangeiro: o comandante do porto e esquadra da marinha Imperial James Inglis. No segundo momento a caça foi mais miúda. Muitas casas foram ocupadas tanto para perseguir alvos antigos, como também para se procurar os chamados ocultadores de portugueses. Nesta caça, os cabanos não apenas mataram como também puniram fisicamente (com açoites e palmatórias) a várias pessoas, em sua maioria mulheres ou parentes de seus algozes.

7. Sobre esta questão do poder dos presidentes de província nomearem e demitirem funcionários houve um ardoroso debate no Rio de Janeiro em maio de 1834, que vinha sendo veiculado em Be-

tas saiu vencedor, mas a indagação sobre o assunto permanecia na Amazônia inquieta⁸.

A esta polêmica se somaram outras. Inicialmente uma medida explosiva de aumento de salário de alguns dos funcionários recém nomeados. Isto era ilegal no Império brasileiro, onde todos os funcionários deveriam receber o mesmo salário por cargos congêneres. Em seguida, Malcher ordenou o recolhimento de todo o armamento que se encontrava no porto e nas embarcações da Marinha Imperial, lembrando que assumira o comando do local depois da morte do comandante Imperial Inglis. Mais uma ordem anticonstitucional, pois este armamento pertencia legalmente a Marinha e a seu comandante nomeado pelo Rio de Janeiro. Contudo este armamento não foi entregue aos cabanos revoltosos, pelo contrário, apesar de todo o empenho do grupo que levou Malcher ao poder, este acreditava que depois de sua posse, as massas revolucionárias deveriam ser desarmadas.

Além destas duas atitudes suspeitas, Malcher ainda assumiu uma proclamação solicitando aos comerciantes portugueses que abrissem as portas de seus estabelecimentos à exceção dos lugares onde se vendiam “bebidas espirituosas”. Malcher garantia a estes comerciantes que seriam “respeitadas escrupulosamente as suas propriedades e direitos, tendo já sido dadas às providências necessárias para conter o povo que se acham em armas nesta capital” (Raiol, 1970: 553). Esta última medida acarretou um duplo desastre político. Por um lado os portugueses não a viram com bons olhos. Isto porque, paralela a esta proclamação, Malcher ordenava ao inspetor da tesouraria do Pará que proibisse estes comerciantes de venderem suas propriedades, apurando seu capital e o levando para o estrangeiro⁹. Do outro lado da moeda, a massa cabana não teve motivos de alegria com um presidente que pedia aos seus inimigos portugueses que permanecessem no Pará, dando garantia aos seus bens.

No meio de toda esta confusão os soldados milicianos estavam em pé de guerra, pois continuavam sem receber soldos. Para satisfazê-los Malcher utilizou um recurso engenhoso. O presidente mandou reutilizar antigas moedas de cobre chamadas de “Cuiabá”, as quais o governo Imperial ordenou que fossem retiradas de circulação e remetidas imediatamente para a Corte. Contrariamente a esta ordem, Malcher revalidou a moeda problemática. Para o reconhecimento

lém. Neste período o senado votava as atribuições dos presidentes de província e senadores como Carneiro de Campos impugnavam com veemência um parágrafo da nova lei que concedia aos presidentes das províncias as atribuições de suspenderem os empregados provinciais, incluindo os magistrados. De outro lado, Diogo Antonio Feijó era favorável a esta medida e argumentava que se um “chefe de governo sendo perpétuo” a possuía, não devia haver receio em a conceder a “um presidente que era temporário”. Sobre o assunto, ver: Américo Jacobina (Lacombe (org.). 1982).

8. É importante lembrar que a tradição normativa portuguesa rezava o contrário, como argumentava o interlocutor de Feijó, o senador Carneiro de Campos. Parecia diferente ser demitido pelo Regente ou pelo monarca, do que o ser pelo Presidente da Província.

9. “Ofício de 10 de janeiro de 1835”. Citado por (Raiol. vol. 2, 1970: 553).

da nova moeda solicitou que seu valor nominal fosse reduzido a sua quarta parte e que, cada moeda, fosse marcada com um carimbo que designasse o valor com o qual ela voltava a circular. Semelhante medida suscitou muitas dúvidas e suspeitas, tanto por parte dos comerciantes portugueses, quando dos soldados e funcionários. Ninguém sabia ao certo os valores legais desta moeda, que estava fora de circulação no resto do Império e que renascia do Grão-Pará já inflacionada e fraca¹⁰.

Por último o governo de Malcher tornou-se insustentável quando, com o objetivo de prender antigos partidários de Lobo de Sousa, o presidente aclamado resolveu tomar algumas medidas muito impopulares. Primeiro ordenou que as tropas de linha se deslocassem de Belém para a vila de Vigia, para várias vilas na ilha do Marajó e para outras localidades no médio Amazonas. Sua argumentação era a necessidade de sedimentar o novo regime nestes outros pontos. Contudo, era certo que intencionava desarmar ou afastar as milícias de Belém. Além disso, o policiamento da capital saía das mãos das tropas de linha, ficando a cargo dos empregados públicos, que à noite faziam rondas na cidade e de dia trabalhavam em expediente próprio em suas repartições. A idéia de Malcher era fazer reviver na Amazônia o que havia sido feito na Corte nos anos de 1831 e que deu origem a Guarda Nacional e que conteve a população escrava e mestiça que se revoltava na Corte carioca¹¹. Todavia, mal remunerados e propensos ao motim, uma parte dos funcionários e, mormente, os soldados das tropas de linha se rebelaram, pedindo ajuda ao comandante das armas Francisco Vinagre. Este último iniciou uma perigosa luta branca contra Felix Clemente Malcher. O presidente aclamado mandava ordens para o policiamento de Belém e a movimentação de tropas para fora da cidade, atos que cabiam ao comandante das armas. Já Francisco Vinagre escondia homens recrutados ou patrocinava-lhes a fuga de Belém, em um claro desrespeito a política do presidente cabano Felix Malcher.

No meio desta confusão houve ainda uma invasão a residência do cônsul francês no Pará, o senhor Diniz Crouan. Malcher esperava encontrar ali refugiados do antigo regime, mas não localizou nenhum de seus principais suspeitos. Por seu turno, conseguiu, isto sim, um grave incidente com o governo francês, já que o cônsul protestou oficialmente a seu país, passando a fixar-se em um navio de sua nacionalidade ancorado em frente à Belém. Este incidente foi o início de uma longa pendência diplomática, já que a França reagiu a partir de sua

10. Desde então a moeda forte no Pará passou a ser quase que exclusivamente o ouro e a prata. Isto levou a um agravamento da situação social, já que, seja por troca/venda ou por roubo, os moradores de Belém começaram a se desfazer de suas jóias e talheres para financiar sua vida na cidade ou sua fuga para locais mais seguros. Há alguns sugestivos casos de processos após o movimento cabano que envolvem roubos de jóias e relógios. Quase sempre há escravos ou mulheres no rol dos réus. Provavelmente os homens livres estavam fugidos ou mortos, restando as mulheres a defesa dos interesses familiares. Sobre este assunto, ver: Augusto (Creão. 2002).

11. Sobre este processo no Rio de Janeiro, ver: (Holloway. 1997:73-107), Líbano (Soares, 2001: 247-322) e (Ribeiro, 2004:243-358).

colônia nas Guianas, invadindo o atual território do Amapá e mandando navios para frente da baía do Guajará em Belém¹².

Este amplo cenário no Grão-Pará começa a esclarecer o grande nó do governo de Malcher e um dos problemas centrais da revolução cabana. Esta revolução se sustentava pela aclamação popular e tinha como bandeira a morte aos portugueses e maçons. Ao mesmo tempo os cabanos sofriam pressões internacionais e mantinham vínculos com o regime constitucional carioca, especialmente com o imperador menino Pedro II. Contrastando com tudo isso, mantinham práticas que, muitas vezes, beiravam ao velho absolutismo reinol. Contudo, este nó revolucionário tem mais uma amarra. Ela se concentra nos traços biográficos de Félix Malcher e de seu grupo de atuação no Pará.

Os laços das lideranças cabanas com o povo

Félix Clemente Malcher, não havia nascido em Belém, mas em Monte Alegre no médio Amazonas. Contudo, ainda jovem, adotou como centro de ação política a rica região do Acará, próxima a Belém, que, simultaneamente, era uma região onde se concentrava a maior parte dos engenhos de cana-de-açúcar e de escravos africanos no Pará¹³. Por ocasião de sua união matrimonial, tornou-se um membro da família Henriques. Sua esposa, D. Rosa Maria Henriques de Lima, era filha de um dos mais abastados fazendeiros na região do Acará, herdeiro de sesmarias e descendente de conquistadores portugueses do rio Amazonas. Durante os anos de 1820, por ocasião dos distúrbios da emancipação política no Brasil e no Pará, Malcher revelou-se um arguto líder liberal, galgando posições nas milícias e na política local. Entre setembro de 1823 e dezembro de 1824 saiu do posto simples de porta-bandeira das milícias para se tornar tenente-coronel da mesma corporação. Partindo do Acará tornou-se vereador em Belém, mostrando-se aliado do cônego Batista Campos, líder liberal conhecido e redator do conhecido periódico local, *O Paraense*¹⁴. É quase certo que Campos deveria ter sido aclamado líder da revolução de 1835, mas morreu um

12. É preciso lembrar que não eram apenas os franceses que estavam ancorados em frente á Belém. Ali também estavam tropas inglesas e portuguesas, que com a desculpa de defender seus súditos em território paraense, aguardavam o desenrolar dos acontecimentos para uma possível aliança com os cabanos e anexação da Amazônia ao seu território. Para maiores detalhes sobre o assunto, ver: Arthur Cezar (Ferreira Reis, 1970) e David (Cleary, 2002).

13. Sobre a região do Acará como centro nascedouro da revolução cabana, ver: Ana Renata do (Rosário, 2004).

14. Esta aliança o associou a uma figura central no movimento cabano. João Batista Gonçalves Campos foi um liberal histórico, panfletário incendiário que foi cassado e posto a beira do canhão por portugueses nos anos de 1820, tendo sido mandado ao exílio, voltado, feito nova rebelião nos anos de 1830, sendo novamente inocentado nos tempos de Feijó na Corte. Sobre o padre Batista Campos, ver: (Raiol., v.2, 1970: 101-102); (Andrade. 1934: 165-174); (Rocha., 1936: 347-364). Para detalhes sobre sua participação no processo de Independência, ver: (Mártires.1993: 149-295) e (Oliveira,1999).

pouco antes no Acará, mais precisamente nas terras dos Henriques e de Malcher. Sua morte foi o estopim para a eclosão cabana.

Em 1834, Malcher também foi perseguido e preso em sua fazenda no Acará um pouco antes de 7 de janeiro de 1835. Era nesta fazenda que conheceu e foi patrão de outro importante clã cabano. Eduardo Francisco Nogueira, ou Eduardo Angelim, era agregado da família de Malcher¹⁵. Também os irmãos Vinagre vinham da mesma região e eram pequenos proprietários no local. Todo este passado, somado a prisão a que fora submetido pelo presidente da província Bernardo Lobo de Sousa, credenciava Malcher à liderança do movimento cabano. Durante a primeira tomada de Belém em 7 de janeiro, os atos revolucionários concentraram-se em libertar Malcher da prisão, matar e perseguir os inimigos do tronco liberal a que Malcher pertencia especialmente Lobo de Sousa e seu comandante das armas Joaquim Santiago. Contudo na medida em que os meses de fevereiro e março corriam os inimigos de Malcher se tornavam mais pessoais e o da massa cabana mais genéricos.

Vários pontos da disputa entre o comandante das armas Francisco Vinagre e seu presidente Félix Clemente Malcher fizeram aumentar a confiança da massa cabana no clã dos Vinagre. Um destes momentos centrais deu-se em 9 de fevereiro de 1835, quando Malcher resolveu demitir Francisco Vinagre e acabou gerando um conflito de rua, no qual os partidários de ambos os lados se indispueram e quase iniciaram uma luta armada. O que estava em jogo na disputa pela liderança local era algo central ao debate sobre a representatividade da liderança cabana. Francisco e Antonio Vinagre lembravam a Malcher que ele era presidente por aclamação popular. Se Lobo de Sousa vinha investido pela Regência em nome do Imperador, Malcher não tinha a mesma unção. Sua liderança vinha da aclamação¹⁶ e só se sustentava enquanto ele estivesse sob este movimento¹⁷. Para os Vinagre e muitos de seus partidários Malcher estava traindo sua aclamação e sua investidura popular “divina”. Malcher, entretanto, respondeu aos irmãos Vinagre, explicando que não admitia “o juízo da tropa e nem do povo” e que era impossível conservar Vinagre no cargo de Comandante da Armas por estar convencido de sua “inimizade”. Na seqüência Malcher teria

15. Angelim, migrante cearense, começou sua vida no campo arrendando terras de Malcher no Acará. Sobre Eduardo Angelim ver: Dilke Barbosa (Rodrigues.1942).

16. Neste sentido o verbo “aclamar” é muito representativo. Originalmente ele significa aplaudir, mas a partir da Revolução Francesa ganhou outro sentido, ao qual os Vinagre estavam se referindo. Aplaudir significava também reconhecer solenemente ou proclamar alguém como seu chefe ou superior.

17. Era a revolução de 7 de janeiro que justificava o poder presidencial de Malcher. Certamente, para a maioria dos cabanos, este poder de Malcher advinha de uma vontade divina. Se Deus quisesse poderia ter dado a vitória a Lobo de Sousa. Este não foi o caso e o “memorável” 7 de janeiro investira de poder a Malcher. Era a aclamação dos santos e santas que fazia ricos senhores carregarem sob o sol em suas costas pesados andores com imagens divinas nas diversas procissões que saiam por Belém e muitas outras cidades do Brasil. Era o mesmo povo que, com este mesmo princípio, levantava em efígie os retratos do velho rei D. João VI e de seu filho Pedro I comemorando em 1817 a aclamação do primeiro e em 1822 a do segundo. Neste caso a tradição e o novo se fundiam em um ideal que relacionava o poder de Malcher com a vontade do povo.

desembainhado sua espada em direção a Francisco Vinagre, sendo novamente contido por Antonio Vinagre, que lhe susteve o braço. Ainda neste mesmo cenário, um dos homens de Francisco Vinagre teria tentado desfechar um tiro contra Malcher, mas Eduardo Angelim salvou o mesmo batendo em tempo na arma que mirava o presidente aclamado¹⁸.

O ponto máximo deste processo de perda de popularidade de Malcher foi a prisão de Eduardo Angelim, outro líder carismático e amigo pessoal de Francisco Vinagre. Depois disso, estabeleceu-se em Belém uma luta armada entre os dois blocos cabanos. Malcher foi recuando até ter que se retirar de terra firme e fixar-se na esquadra da marinha Imperial, que se encontrava em frente de Belém, recém chegada do Maranhão. Seu comandante, Pedro da Cunha, tentou convencer Vinagre a desistir da disputa de poder com Malcher, mas este, em 20 de fevereiro, ordenou que seu navio partisse para o Maranhão, lembrando que sua presença no Pará não vinha da parte de Pedro II, mas apenas do desejo maranhense de possuir o Pará¹⁹.

O cenário político era muito conturbado e começava a acenar para aquele “fogo em relva ressequida” que Raiol declarava em seus livros. As disputas entre as lideranças cabanas geravam um clima de pavor entre os conservadores e ânimo entre os justiceiros presentes na massa cabana. Neste contexto uma peça importante foi o retorno de Eduardo Angelim à terra firme. Depois de ter sido preso e remetido para um navio imperial atracado em Belém, Angelim foi libertado por Malcher e voltou a terra firme para tentar um acordo de paz com Vinagre no dia 21 de janeiro. A idéia era entregar a presidência ao membro mais votado do conselho do governo, ou a quem o povo reunido designasse. Neste ponto a narrativa de Domingos Antonio Raiol é dúbia. No afã de proteger seu amigo Eduardo Angelim, e manter sua versão liberal para a narrativa, Raiol enfatiza que o portador da paz foi o próprio Angelim. Raiol exagera no heroísmo de nosso personagem. Lembra que assim que Angelim conseguiu chegar até o Arsenal de Guerra, falou com Francisco Vinagre, este último mandou logo cessar fogo. Em seguida, mandou fazer reunir o Conselho de Estado Provincial e este órgão, de pronto, teria aclamado a Vinagre o novo presidente com uma famosa ata que revogava a de 7 de janeiro de 1835, comunicando a Regência que o recém empossado permaneceria no poder até nova nomeação pela Regência. A questão dúbia é que, em 20 de janeiro, Francisco Vinagre havia tentado sua aclamação perante a Câmara de Vereadores. Na ocasião os vereadores haviam desaparecido e seu presidente se acusava doente (Raiol, 1970, 2: 577). Mesmo

18. A arma de fogo e espada eram mais do que instrumentos de luta. Eram também símbolos de poder e religião. A idéia da espada estava associada desde a Idade Média ao universo cavaleiresco e nobre. A espada era o símbolo da defesa pessoal, a arma da nobreza em defesa de seu bem maior: a honra. No mundo moderno, desde D. Quixote de la Mancha, seu uso foi sendo ridicularizado em prol da arma de fogo. Contudo no mundo luso-brasileiro, os uniformes milicianos, sobretudo os da cavalaria, mantinham a espada como parte intrínseca e essencial.

19. Ofício de 20 de abril de 1835. Citado por (Raiol. 1970:638-639).

assim, ao que parece, Vinagre já se considerava aclamado quando do ato de 21 de janeiro. Um ponto desta famosa ata é de se notar. Ao revogar a ata de 7 de janeiro, este novo documento reatava laços mais estreitos com a Regência imperial, na medida em que dava ao Regente poderes para nomear o próximo presidente da província do Pará.

Paralelamente, alguns outros documentos e a própria morte de Malcher, comprovam meu argumento que neste momento revolucionário a massa cabana começava a eleger novos líderes e ampliar ainda mais seu foco de luta. Depois do acordo de Angelim, quando Francisco Vinagre fez içar no palácio de governo uma bandeira branca, nem todos se aquietaram. Nem mesmo Raiol conseguiu descobrir, ou não pode revelar, quem, ou qual dos dois lados recomençou o conflito que levou a muitas mortes e ao assassinato de Malcher. O que Raiol e outras fontes revelam é que, após o armistício, os homens dos dois lados saíram dos seus postos e foram banhar-se nas praias, ou dormir nas ruas da cidade, ou ainda foram para as tavernas beber. Neste contexto, ouviram-se os primeiros tiros que voltaram a por a cidade de Belém em polvorosa. Raiol lembrava que no dia 21 de fevereiro a cidade de Belém estava sob o domínio do terror. Nestas circunstâncias, pela primeira vez, nem Malcher e nem Vinagre poderiam ser explicitamente os líderes do movimento de massa. Pelo que se pode apurar a rota dos revolucionários caminhou para a eliminação dos inimigos de Vinagre. Se parece ser verdade que este último deu ordens para se recolher preso Clemente Malcher na fortaleza da Barra, também parece ser verdade que ninguém conseguiu evitar que o antigo presidente fosse morto no caminho. De certa forma era claro para quase todos os populares cabanos que o destino de Malcher deveria ser o mesmo de Lobo de Sousa (Raiol, 1970, 2: 583). Parece ser impossível saber se o corpo de Malcher foi ou não imolado pela multidão. O que sabemos é que isso já havia sido tentado em 7 de janeiro contra o ex-presidente Lobo de Sousa e seu Comandante de Armas Joaquim Santiago e que esta prática quase sempre terminava em grandes festas simbólicas, regadas a bebedeiras²⁰. A aprendizagem neste caso foi que, com Malcher, o morto não era um emissário do governo Imperial, ou um português ou estrangeiro maçom: ele era um ex-presidente aclamado pelo povo cabano.

A morte de Malcher foi um marco na Cabanagem. Depois dela, Vinagre reconheceu o poder da Regência em nome do Imperador. Neste processo, os líderes cabanos evocavam uma antiga hierarquia de dominação que começava em Deus, passando pelo seu reino de santas e santos e aportava na terra com o Imperador e sua corte. Era preciso lidar com uma questão muito delicada, pois

20. No Pará e no Brasil desde os anos de 1808, mas sobretudo nos anos da Independência houve uma série de cerimônias que homologaram o ideal popular de adoração e juramento supremo ao Imperador. Se havia desconfianças de um Pedro I que era de origem portuguesa, este não era o caso do menino Pedro II, nascido no Brasil. A fidelidade ao imperador menino era quase tão popular quanto a de alguns santos e santas católicos. Sobre ela nem mesmo a proclamação de Malcher de 7 de janeiro se colocou. Sobre o assunto, ver: (Ricci. 2003:165-193).

havia emissários do Imperador menino que se mostravam despóticos como Lobo de Sousa, mas era praticamente impossível se pensar, sobretudo entre as lideranças cabanas maiores, em uma quebra total com esta hierarquia. A autoridade entre os vários grupos que se formaram na revolução em Belém e no interior dependia de uma certa visão distante e caridosa do Imperador menino, que se associava com seus súditos-cidadãos no Rio de Janeiro e no Pará. Este reconhecimento atribuía poderes importantes para lideranças locais, sobretudo para aquelas que não tinham grandes lastros familiares como o clã dos Vinagre. O reconhecimento do poder regencial também demonstrava que líderes como Francisco Vinagre e depois Eduardo Angelim estavam bastante temerosos de sua relação com as massas e suas sucessivas vontades e aclamações²¹.

No mesmo dia da morte de Malcher, Angelim e vários outros chefes cabanos viraram a noite espalhando-se pelas ruas de Belém aconselhando, dispersando e desarmando revolucionários mais exaltados. Durante toda a noite o alarido das massas se fez ouvir. O mais interessante é que esta foi apenas a primeira vez que esta massa mostrou claramente sua voz e a elevou acima de seus líderes cabanos. Sua aprendizagem revolucionária foi rápida e se espalhou vertiginosamente pela Amazônia.

De fevereiro até agosto de 1835 Francisco Pedro Vinagre governaria Belém sempre lembrando que estava à espera de leis e ordens do Império e de Pedro II. Depois de muitas idas e voltas, na metade do ano, Vinagre resolveu deixar o governo diante do emissário carioca, o marechal Manoel Jorge Rodrigues. Nesta conjuntura foi feita uma eleição e todos esperavam que o candidato mais votado para a Assembléia provincial fosse provisoriamente empossado como presidente, como rezava a constituição Imperial. Para o clã dos Vinagre o nome para a liderança era o padre Jerônimo Pimentel. No entanto, por poucos votos, Ângelo Custódio elegeu-se o mais votado. Criava-se um impasse, pois Custódio tinha como sede eleitoral a cidade de Cameté, baluarte da resistência anti-cabana. Apesar da tensão e dos protestos da massa cabana em Belém, Francisco Vinagre manteve sua palavra e a cidade de Belém foi evacuada. O conflito parecia ter terminado, todavia em agosto de 1835 Belém foi novamente tomada pelos cabanos. O motivo para esta nova investida estava numa ordem de prisão que o Marechal Rodrigues deu contra Francisco Vinagre. Com a prisão de Francisco, seu irmão Antonio reuniu tropa para voltar a Belém numa mortandade e luta sem precedentes. Nesta segunda tomada da capital Antonio Vinagre foi morto em combate e Eduardo Angelim assumiu seu lugar em plena luta. No meio deste trágico cenário de mortes Eduardo Angelim deu ao seu discurso de “posse” um tom religioso e, mais do que nunca pautado na hierarquia e ordem constitucional, que foi sempre a sua marca:

21. Lembro aqui Eric Hobsbawm que argumenta que nas formas tradicionais de luta antes do século XVIII e da Revolução Francesa, praticamente todo o campesinato acreditava que o despotismo estava na nobreza próxima e opressora, mas não no rei. Este, distante e quase sempre venerado, tinha para o povo um lugar supremo de adoração e fidelidade. (Hobsbawm. 1998: 217).

“Eu acabo de ser aclamado por nossos companheiros d’armas chefe de todas as forças. Juro por Deus vencer ou morrer! Vinguemos a morte do bravo guerreiro que foi nosso digno chefe, e a de muitos de nossos valentes companheiros que já dormem o sono da eternidade! É no campo de batalha, ao troar do canhão, ao estampido da fuzilaria, entre mortes e gemidos, no meio da confusão de alaridos e gritos de vingança, que eu a pressa escrevo estas linhas para fazer ciente a todas as colunas que estou a sua frente de espada em punho! Os covardes que tremam do nosso valor! Meus caros patrícios: por amor à liberdade, por amor às nossas esposas e filhos, vinguemos o ultraje feito à nossa adorada pátria, e pelo sangue inocente que se está derramando, sejam eles, déspotas e traidores, os responsáveis perante a divindade”²².

A vitória dos cabanos corroborou a aclamação de Angelim. Contudo tanto Vinagre como mais ainda Angelim viram seus homens cada vez menos subordinados e desejando mais mandar e não ser mandados. Tomada a capital pela segunda vez, todos queriam cargos. Raiol descreve a situação como “burlesca”. Lembrava ainda que a situação piorava no interior da Amazônia. Cada local tomado pelos cabanos tinha a seguir “embaixadores e ajudantes de embaixadores”. Estes eram os enviados por Angelim para o interior, para “avisar e aliciar gente pelos sítios e povoados”. Segundo Raiol eram quase todos analfabetos ou semi-alfabetizados. São transcritas cópias de ofícios destes novos líderes. Um deles assinava “Antônio Fostino. Manjor de Artilharia”. Ele havia tido a honra de conseguir o cargo na Ponta da Barra, ponto estratégico para a manutenção da capital. Tal como todos os cabanos, Fostino reclamava a Angelim da carestia e da falta de armamentos:

“açim dispurvido como estú não poço respunder pellos soçegos qe agão e estarei pouçibilitado de ezeccutar qalqer prugetu. Com esseção de farinha não á mas vives neste pontu. Vai este purtador buscá carni ó peche”²³.

Decorrido meses sem que a situação dos cargos e da carestia fosse solucionada Angelim pediu ajuda ao Bispo que proclamou aos cabanos uma Pastoral. Para levá-la a todos os pontos possíveis no entorno de Belém, D. Romualdo Coelho, então doente e com mais de 70 anos, falava pela voz de seus oradores mores da catedral da Sé, os padres Francisco de Pinho de Castilho, Raimundo Antonio Fernandes e Jerônimo Pimentel. Ditava a pastoral:

“Bem quisera, amados filhos em Jesus Cristo, ir pessoalmente como bom pastor visitar os pontos em que vos achais, e falar-vos do doloroso estado de opressão em que gememos; mas não permitindo a terrível moléstia que me oprime cada vez mais, e próximo a comparecer no Tribunal Divino, tenho ao menos a consolação de cumprir este importante dever de pai pelos ministérios de vossos vigários gerais e um pároco, que são de minha inteira confiança. Eles

22. Eduardo Angelim. Pará 14 de agosto de 1835. Citado por (Raiol, vol. 3, 1970: 844).

23. Antônio Fostino. Manjor de Artilharia. Ponta da Barra 3 de outubro de 1835. Citado por (Raiol, vol. 3, 1970: 929).

vos dirão que já é tempo de moderar o entusiasmo guerreiro e de restabelecer a ordem indispensável para o sossego público e continuação do Culto Divino: já não tendes inimigos que combater; são famílias pacíficas que começam a viver debaixo de vossa proteção”.

A partir deste ponto o antigo sacerdote começava a sua arte bíblica de convencimento aos cabanos. Argumentava que seria honroso evacuar a cidade e aceitar a proposta de um armistício.

“Ah! Contentai-vos com a sua fugida precipitada que, sendo para eles [as tropas legalistas e o general Andréa] é decorosa, realça e dá novo esplendor à vossa intrépida coragem e valentia. Compadecei-vos enfim do lamentável estado em que se acha o vosso pastor, e que agora vos pede pelas entranhas de Jesus Cristo, que todo o vosso valor se empregue em promover e sustentar a felicidade da nossa capital, porque Deus assim o manda e eu o espero”²⁴.

Naquela altura, muitos moradores já haviam abandonado Belém. A fuga em massa de cabanos que, roubando os armazéns e lojas dos antigos moradores, saíam com canoas cheias pelos rios, tornava a vida na cidade muito difícil. No meio deste caos chegou a varíola, que matou muitos cabanos, inclusive o comandante das armas de Angelim. A situação tornou-se insustentável quando, alguns cabanos mais exaltados souberam que era o próprio bispo e seus vigários, sob os olhos de Angelim, que estavam promovendo as fugas de vários comerciantes e moradores antigos legalistas. Um oficial chamado Albino foi ter com o bispo, depois foi atrás do vigário Jerônimo Pimentel e somente Eduardo Angelim conseguiu impedir que este clã radical e seu líder pegassem o padre para linchamento público. Esta situação limite de crise da autoridade o próprio Angelim lembrou em um artigo de jornal em 1865:

“Foi fuzilado em frente ao palácio do governo o célebre Joaquim Antonio, oficial da milícia rebelde, que tinha o comando de uma força de mais de 500 homens e proclamava uma liberdade a seu jeito, incluída a de escravos em geral. (...) foi fuzilado em frente do palácio do governo um preto, chefe de insurreição no rio Guamá logo que chegou à capital. Foi morto a surra em frente ao palácio do governo um mulato, escravo do português Nogueira, dono da fábrica de urucu em Igarapé-Mirim, por ter traído a seu senhor e lavado as mãos em sangue inocente...”²⁵.

O artigo é longo e continua descrevendo muitos outros casos em que Angelim teria mandado matar, surrar ou prender escravos e homens livres pobres e tapuios que teriam “lavado mãos em sangue inocente”. Ao que parece, foi esta situação que fez com que Angelim resolvesse fugir. Sua saída também foi marcada por uma cena muito importante. Ele esperou o horário da chuva cotidiana em Belém e, em meio a uma torrencial tempestade, atravessou a baía do

24. Pastoral do Bispo. Citado por (Raiol. Vol. 3, 1970: 930-931).

25. Eduardo Nogueira Angelim “Pará em 1835” Na Ordem, 26 de setembro de 1865. Citado por (Raiol.1970: 934).

Guajará na foz do Amazonas, passando sorrateiramente pelo meio das tropas Imperiais e das embarcações estrangeiras que por ali estavam sediadas. Esta ambígua fuga já foi lida como um momento de “armistício” velado, quando as tropas imperiais teriam fechado os olhos para que Angelim desocupasse a cidade de Belém sem se derramar muito sangue. No entanto, ela ficou na memória de muitos cabanos, que a interpretaram simbolicamente de outra forma.

Em junho de 1836, um mês depois da fuga, um cabano da vila de Almerim na ilha do Marajó respondia a um “legalista” que tentava convencê-lo a se render diante das tropas chefiadas pelo General Soares de Andréa²⁶. Martinho Braz afirmava que estaria em postos até o “último pingo de sangue pela religião católica e não pela fama da legalidade”. Fazia uma referência clara a Israel e provavelmente a fuga do Egito, na qual Moisés levou o povo de Deus a atravessar o mar vermelho lembrando que seu grupo eram “filhos de Israel que experimentaram rigores dos hereges”. Isto já havia sido sugerido na Pastoral de Romualdo Coelho. Este segundo documento ainda associava a saída de Angelim a uma interpretação da fome, carestia e peste que assolavam Belém. A morte da sua “gente” somava-se a “terra lhe tremar” e “os bichos do chão a comer do Ente Supremo”. Estes elementos reforçam a comparação entre a fuga de Angelim e a de Moisés. Lembremos que no Egito também houve peste e fome. Além disso, o narrador se recusava a ser nomeado de “anarquiano”, enfatizando que acreditava em autoridades, mas não reconhecia a “legalista”. Terminava desdenhando Andréa lembrando que – pelo que ele Martinho sabia – este Presidente estava à mercê dos “embaixadores estrangeiros” e que não cumpria a palavra dada a Angelim de um armistício de três meses. Da mesma vila de Almerim veio um outro ofício com um teor semelhante. Nele Alexandre Pinheiro, juiz de Paz da localidade sobre as ordens cabanas, era quem iria responder aos legalistas. Começava por uma evocação religiosa ao “nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro. Pelo mistério da graça sou filho de Deus e vou responder a Vossa Senhoria”. Depois deste sugestivo preâmbulo, o autor continuava argumentando que estava falando por ordem que teria vindo de Angelim:

“o Sr. Presidente [Angelim] como homem de coragem e muito principalmente por uma Pastoral de Vossa Excelência Reverendíssima [o bispo D. Romualdo] recomenda para que não se desamparem a Religião e a nossa Província dando a alma e a vida bem como os Mártires de Jerusalém, pois o nosso Bispo presentemente é o nosso Profeta, e esse Andréa o Presidente de Vossa Senhoria tendo a cidade por homenagem e mercê que se lhe fiz, a rogo do Profeta nosso Bispo, cujo Andréa entrou com 200 homens, os cujo 100 homens reuniu-se ao nosso Eduardo, e ficou o dito Andréa só com 100 e com o protesto de não se fazer fogo de parte a parte até o prazo de três meses”.

26. Ofício de Martinho Braz, chefe dos cabanos de Almerim, 7 de junho de 1836, citado por (Hurley.1936: 72).

Aqui novamente uma referência explícita a idéia dos cabanos como “mártires de Jerusalém”. E mais adiante o autor continuava insistindo que ele não podia ser enganado:

“... nós semos cristãos verdadeiro e não semos da legalidade, a legalidade não é senão robar e destruidores da Província e da nossa miséria, também se chama Trincheira de Massam e eles comendo e bebendo em suas casas Vossa Senhoria e nós cá que paguemos até o final e o que restalos até o último ponto final”²⁷.

Há aqui um rico imaginário que relê a fuga de Angelim e sua situação atual. Existia uma fronteira (de Massão? Massau?) entre o mundo cabano e o da “legalidade”. Ela era percebida como uma luta contra aqueles que ficavam “comendo e bebendo em suas casas” e os que pagavam até o final. A cada passo dado pelos cabanos, seus líderes se voltavam mais para as coisas sagradas, numa atitude dosada para aumentar o poder de sua autoridade. Ao mesmo tempo a interpretação religiosa era relida pela massa cabana. Ela não deixava de ser material e concreta, pois se o sentido da guerra era moral e religioso, esta mesma idéia só fazia sentido quando relacionada com a vivência revolucionária concreta da massa cabana.

Para concluir lembro um ofício do General Andréa ao Rio de Janeiro. Tratando da política de recrutamento para a pacificação do Pará ele escrevia que convinha a Província do Pará não ter “soldados filhos dela”. E concluía enfatizando que o melhor “partido” para a política Imperial na Amazônia era trocar seus filhos por outros da “Província do Sul”:

“Todos os homens de cor nascidos aqui estão ligados em ‘pacto secreto’, a ‘darem cabo de tudo quanto for branco’. Não é uma história, é fato verdadeiro, e a experiência o tem mostrado. É, pois indispensável por as armas nas mãos de outros; e é indispensável proteger, por todos os modos a multiplicação dos brancos. Se o governo concordar com esta medida, enviarei sempre aonde, quantas recrutas possa dessa Província, a troco de igual número de outras”²⁸.

E Andréa enviou centenas de recrutas, mas também trocou líderes cabanos sobreviventes por outros vindos, especialmente da Bahia e de Pernambuco. O maior trabalho hoje é compreender este “pacto secreto” cabano, e este processo de permuta de revolucionários pelo Brasil Imperial. É necessário encontrar estes líderes e soldados, os procurando na Farroupilha, para onde foi enviado Francisco Vinagre, o qual por ali fez muito alarde. Ou caminhar para o Rio de Janeiro, para onde navegou Eduardo Angelim. Este último passou pouco tempo na Corte. Por lá se aliou aos liberais e acabou novamente expatriado para Pernambuco e, ainda em 1865, estava em Recife, quando, finalmente foi anistiado, recebendo permissão para retornar a Belém.

27. Ofício de Alexandre Pinheiro, juiz de Paz de Almerim 7 de junho de 1836, citado por (Hurley.1936: 73).

28. Ofício do Marechal Andréa de 18 de dezembro de 1837. *Arquivo Público do Pará*. Correspondência do Governo com a Corte. Ofício número 32: 29 v.

Dos revolucionários às fronteiras da Amazônia

A Cabanagem é uma revolução que exportou líderes revolucionários e seus ideais. Antes disso, contudo, o mesmo movimento ensinou a liderança a muitos interioranos da Amazônia, transmitindo-lhe um significado próprio para palavras como “constituição” e “patriotismo”. Ao invés de lerem estas máximas sobre as ordens decididas na Corte ou por seus líderes máximos em Belém, muitos cabanos acreditavam poder trilhar seu percurso, fazendo sua leitura e interpretação para aquilo que consideravam justo e pio. Reliam as palavras do Bispo, de Angelim ou mesmo do Imperador.

Para adquirir toda esta confiança e controle de si, foi necessária muita experiência de luta e esta não se encerrou com a retomada de Belém pelos “legalistas”. Depois disso, os cabanos ainda viveram uma saga pelos rios e igarapés da imensa calha do Amazonas, Madeira e Tocantins em um movimento de fuga e de interiorização da luta armada. Estes revolucionários fugitivos abriram outras frentes de luta, ampliaram suas bandeiras e alteraram as formas de guerrear. Aprenderam a usar a natureza ao seu favor, envenenando rios, queimando a mata, espantando os animais e dizimando plantações de alimentos básicos para a subsistência das tropas inimigas, como a mandioca e o milho. Seus avanços fizeram muito alarde no médio, no alto Amazonas e nos rios Negro e Trombetas entre os anos de 1836 e 1837. Revolucionaram cidades como Santarém, Manaus e toda a região até a fronteira com o atual estado do Amapá. Também rumaram para a calha dos rios Tocantins e Madeira indo em direção ao Maranhão e Piauí. Eles deixaram trás de si uma Amazônia cabocla que exaltava o poder das novas lideranças.

Em cada vila ou aldeia nasciam outros chefes cabanos. Populações inteiras de índios e quilombolas foram chamados à luta armada em um movimento tão vasto e complexo, que só pode ser entendido dentro de uma perspectiva internacional. Nas fronteiras com o mundo inglês, holandês, hispânico e francês, o antigo Grão-Pará sempre foi alvo de disputas políticas e territoriais. A revolução cabana foi o estopim para contatos e trocas mais intensas de mercadorias (armas e alimentos), mas também de idéias e práticas revolucionárias. É neste rico mundo que os cabanos criaram seus próprios mecanismos construtores de sua cidadania.

No Pará os escravos e libertos tinham uma longa trajetória de lutas. Eles ficaram em anarquia latente ou explícita durante toda a década de 1820 e 1830. Era uma mão-de-obra cara e difícil de ser controlada no contexto revolucionário. Além disso, a questão das fronteiras com as Guianas e o Caribe de um lado e com o mundo hispânico que se tornava independente de outro, tornava a situação muito mais delicada. Como se isto não fosse suficiente, também havia a política de manterem sempre “estrangeiros” como altas autoridades nas capitâneas ou províncias. O Brasil se fez independente, mas manteve um monarca português no poder, o filho de D. João VI, D. Pedro I. Para muitos membros da elite da Amazônia a opressão colonial persistia. Os próprios governantes do

Pará continuavam estrangeiros. Esta política de governo, estabelecida desde os primórdios coloniais era sustentada pela idéia de que mais importante do que o nascimento, era a fidelidade ao Rei e ao catolicismo. A crise desta aliança Estado-Igreja ressaltava a antipatia geral aos estrangeiros. Mas eles abundavam no governo do Pará. O comandante das tropas navais luso-brasileira na tomada de Caiena em 1809 era um inglês. Também foram os ingleses que comandaram o processo de Independência brasileira no Pará e Maranhão. Igualmente, em 1835 o Império brasileiro mandou um inglês para ajudar a conter os cabanos. No crescente bairrismo instalado no Grão-Pará de 1820 estes estrangeiros tornaram-se legitimadores de uma ordem a ser combatida.

Por outro lado, muitos estrangeiros, especialmente os franceses buscaram ao longo dos anos de 1820 e 1830 uma aproximação com os paraenses. Durante a revolução cabana de 1835, na aparência, estes franceses, representados pelo seu vice-cônsul em Belém, estavam dispostos a ajudar o Império do Brasil a reconquistar o Pará das mãos dos cabanos, mas há muitos indícios de que franceses e outros estrangeiros pudessem fazer acordo com os cabanos. Não é sem sentido a presença de navios de guerra ingleses, franceses e portugueses em frente de Belém em 1835. Todos estes explicitamente diziam estar ali para defender os bens e a vida de seus súditos que moravam em Belém. No entanto, cabanos e anticabanos estavam certos de que guardavam outros interesses.

A ampla documentação constante no *Arquivo Público do Pará* sobre a expedição Imperial ao Amazonas de 1836 até 1840 está repleta destes contatos. Em maio de 1838 o comandante da Expedição relatava ao Governador em Belém uma situação delicada. Ele havia apreendido um “moço” chamado Joaquim Barbosa que havia sido raptado pelos cabanos em sua canoa próximo a cidade de Macapá. Barbosa alegava que ele não foi morto pelos cabanos porque estes precisavam de um letrado para manter suas comunicações. Barbosa relatou ao comandante do Amazonas que nos anos de 1837 e 1838 os cabanos do Amazonas receberam cartas de franceses dispostos a ajudar a causa cabana com 400 homens, gêneros alimentícios, moedas e munições. Este mesmo comandante da Expedição do Amazonas era categórico em um outro ofício sobre a situação em outras zonas de fronteira. Segundo ele em Rio Branco, no forte de São Joaquim e nas localidades mais próximas da Guiana Inglesa, Holandesa se achava a revolução “consideravelmente aumentada”, sendo de se “presumir que para o futuro penetrem os Ingleses o Alto Amazonas por aquele lado fraco e deserto”. Em 1838 o Governador do Pará relatava que o governo francês “aproveitando-se da debilidade do Brasil pelas suas conduções políticas, e, sobretudo pelo seu aniquilamento da Força Armada” desenterrou pretensões antigas, “chamando a margem do Oyapok uns dez graus pouco mais ou menos ao sul”. Por ali os franceses mantinham um destacamento de 200 homens. Em 1839 o novo Governador também reclamava da invasão francesa e expunha uma nova ofensa por parte dos ingleses. No Rio Branco um religioso Luterano chamado T. Yowd apregoava para mais de seiscentos índios Macuxis e Uapixanas. Sabia-se que ele “ensinava a ler e a escrever, e procurava estabelecer habitações

e aldeias” no território brasileiro. Eram muitos estrangeiros e cada qual com interesses claros em lucrar com a fragilidade da Amazônia brasileira em guerra. Eram muitos indígenas e africanos que fugiam de seus mestres e senhores. Eram soldados que deserjavam. Entre 1836 e 1840 o interior da Amazônia brasileira era tudo menos brasileiro.

A América do Sul e nela o Brasil quase sempre foi estudado par e par com o que chamamos de processo de colonização ou de conquista européia. O que se segue a este momento da conquista quase sempre foi analisado como uma luta entre as “colônias” (cada qual com seu caminho e guerras) e as suas respectivas “metrópoles”. Neste cenário nacionalista, a Amazônia brasileira sempre ocupou um espaço muito pequeno. Era um lugar distante do sudeste brasileiro, terra de disputas estrangeiras, de índios selvagens e de uma natureza inóspita em um calor úmido e quase insuportável. Terra rebelde e despovoada de brancos, pois foi palco da sangrenta Cabanagem, onde 30 mil pessoas foram mortas entre 1835 e 1840. A tese mais corrente é a de que a Amazônia só se tornou importante para a economia nacional brasileira com o estouro da borracha nos anos de 1870 até 1910. Meus estudos nestes dez anos de pesquisa na Amazônia contestam a maioria dos pontos que sustentam estas teses.

Voltando-se ora para Portugal, ora para o Caribe, ora para Goiás, ora para o Maranhão, o Grão-Pará construiu ao longo do final do século XVIII e primeiras décadas do XIX sociabilidades e políticas internas e externas quase que a revelia da administração de Salvador ou do Rio de Janeiro. Eram sociabilidades “estrangeiras”, ligadas aos portugueses, espanhóis, ingleses e franceses. A Amazônia pode ser lida como uma zona “periférica” em relação ao mundo agro-exportador da cana-de-açúcar ou do café do nordeste e sudeste do atual Brasil. Contudo nem sempre ela esteve a margem no cenário sul americano e europeu. No Grão-Pará nunca houve grande produção monocultora ou uso de uma forma hegemônica de trabalho compulsório. Ali era o reduto da diversidade de espécies vegetais e minerais, tanto quanto local de experiências diversas no trato com a mão-de-obra indígena e africana. Esta região era, assim, central no tráfico de espécies vegetais e na reestruturação do tráfico de escravos, pontos fundamentais para a economia portuguesa e brasileira da primeira metade do século XIX.

Os negros do Pará, junto com mestiços e índios da Amazônia que fizeram a Cabanagem de 1835 tinham consigo experiências revolucionárias outras, que chegaram ao Pará vindas de longe no tempo e no espaço de suas fronteiras. No Pará os dramas vividos pelos senhores de escravos de São Domingos, Demerara ou a Guiana Francesa eram muito próximos geográfica e socialmente. Também a abolição da escravidão e/ou do tráfico africano discutidos e vividos por ingleses e franceses foi mais proximamente sentida no Pará do que no Rio de Janeiro. Não é sem sentido que a correspondência do Arquivo Público do Pará está repleta de informações sobre estes problemas desde 1809. Por seu turno, os mais simples negros, índios e mestiços da Amazônia também eram exemplos revolucionários para o resto do Brasil.

Sob muitos aspectos o Grão-Pará só pode ser entendido como uma zona de fronteiras. As vidas dos que moravam nesta região não cabem somente na língua portuguesa e nem no parco conceito de identidade nacional brasileira. Elas demonstram a necessidade premente de rearticular estas e outras histórias de vida sob outras lógicas e problemas historiográficos.

Bibliografia

- ANDRADE Pinheiro, Cônego (1934). “Ação do Cônego Batista Gonçalves Campos na Adesão do Pará à Independência proclamada em sete de setembro de 1822”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Volume 8, número 8, Belém.
- BASTOS Pereira Das Neves, Lúcia Maria (2003). Corcundas, constitucionais e pés-dechumbo: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ.
- CHAVES, Joaquim (1993). O Piauí nas lutas de independência do Brasil. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- CLEARY, David (2002). Cabanagem – documentos ingleses. Belém: Arquivo Público do Pará/ SECULT.
- CREÃO Augusto, Isabel Teresa (2002). Depois do silêncio: mulheres e famílias na Belém do século XIX. Monografia de Graduação. DEHIS/UFPA.
- DA SILVA Dias, Maria Odila (1972) “A interiorização da metrópole”. In: Mota, Carlos G. (org.) 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva.
- DO ROSÁRIO de Lima, Ana Renata (2004). Revoltas camponesas no vale do Acará 1822-1840. Belém: Prefeitura Municipal de Belém.
- FERREIRA REIS, Arthur Cezar (1970). A Amazônia e a conquista internacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- HOBSBAWM, Eric (1998). “A história de baixo para cima”. Sobre a história: ensaios. São Paulo: Cia das Letras.
- HOLLOWAY, Thomas H. (1997) “Crise, 1831-32”. Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- HURLEY, Henrique Jorge. (1936). Traços cabanos. Belém: Oficina Gráfica Instituto Lauro Sodré.
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. (2000). Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Mota, Carlos Guilherme (org.) Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000. Formação: histórias. São Paulo: SENAC.
- KRAAY, Hendrik (2002). Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840s. Stanford: Stanford University Press.
- LACOMBE, Américo Jacobina (1982). O clero no parlamento. Tomo 1. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa.

- LÍBANO Soares, Carlos Eugênio (2001). “Da presiganga ao dique: os capoeiras no Arsenal da Marinha”. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: UNICAMP.
- MÁRTIRES Coelho, Geraldo (1993). “Imprensa versus poder no Grão-Pará”. In: Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Cejup.
- OLIVEIRA Silva, João Nei (1999). Batista Campos e a Cabanagem: biografia e memória. Monografia de graduação/DEHIS/UFPA.
- PIMENTA, João Paulo (2002). Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata, 1808-1828. São Paulo: Hucitec.
- RAIOL, Domingos Antonio (1970). Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. 2ª edição, Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 3, (1ª edição 1865-1891).
- REIS, João José (1989). “O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na Independência da Bahia”. In: Silva, Eduardo e Reis, João José. Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (2002). A liberdade em construção; identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- RICCI, Magda (2003). “O fim do grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840)”. In: del Priore, Mary; Gomes, Flávio (org.). Os senhores dos rios. Amazônia, margens e história. Rio de Janeiro.
- ROCHA, Avertano (1936). “João Batista Gonçalves Campos, Prudêncio José das Mercês Tavares, Bento Martel”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Vol.10, número 10, Belém.
- RODRIGUES, Dilke Barbosa (1936). A vida singular de Angelim. Rio de Janeiro: Pongetti,
- CRUZ, Ernesto (1942). Nos bastidores da Cabanagem. Belém: Oficina Gráfica da Revista de Veterinária.
- VIANA Lyra, Maria de Lourdes (1994). A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras.